



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.856/2024

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 665/2005 E ALTERA ANEXO ÚNICO, DO ARTIGO 15, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.513/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA/ES EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A alínea "b", do artigo 3º, da Lei Municipal nº 665/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Ficam criados os seguintes Cargos Comissionados, para atender às necessidades da administração, que passam a integrar as seguintes estruturas administrativas:

[...]

b) NA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- 01 (UM) CARGO DE COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – CC-3
- 01 (UM) CARGO DE ASSESSOR DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
- 01 (UM) CARGO DE DIRETOR DE CULTURA – CC-2
- 01 (UM) CARGO DE COORDENADOR DE MERENDA – CC-2

Art. 2º - O Anexo Único, do artigo 15, da Lei Municipal nº 1.513/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO
ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS

[...]

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

REQUISITO BÁSICO DO CARGO: Instrução Formal: ser Profissional do Magistério de nível superior (MaMPA, MaMPB ou MaMPP).

CARGA HORÁRIA: 25 (vinte e cinco) horas semanais.

REMUNERAÇÃO: Vencimentos-base do quadro do magistério público municipal de Água Branca/ES.

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar na elaboração de projetos educacionais do município; reunir e manter em dia a documentação necessária a celebração de convênios; informar aos setores competentes as datas de vencimentos das negativas estaduais e federais e auxiliar em sua renovação; auxiliar na preparação da documentação necessária para elaboração de convênios com os projetos dos Governos Estadual e Federal; auxiliar e acompanhar a execução dos convênios na parte administrativa; auxiliar na elaboração da prestação de conta dos convênios; Subsidiar e assessorar o Secretário Municipal de Educação nas tomadas de decisão administrativas; Realizar planejamentos, nos quais as ações que serão efetuadas favoreçam a organização das unidades escolares, fazendo prognósticos da evolução do sistema educacional, bem como suas tendências e detectando necessidades futuras; Acompanhar o trâmite dos projetos encaminhados para os órgãos públicos ou para as demais instituições a fim de garantir sua execução; Zelar pelo patrimônio público que lhe foi confiado e executar outras tarefas afins da Secretaria e da Administração Pública e Desempenhar outras atividades correlatas às suas atribuições e àquelas solicitadas pela Chefia imediata.

Art. 3º - São mantidos todos os demais dispositivos das Leis Municipais 665/2005 e 1.513/2018.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca/ES, 07 de fevereiro de 2024.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.862/2024

DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam reajustados em 5% (cinco por cento) os valores da remuneração dos Servidores Públicos, dos Poderes Executivo e Legislativo, do Município de Águia Branca/ES, a partir de março de 2.024, a título de revisão geral anual.

Parágrafo Primeiro. A revisão anual a que se refere o caput do artigo 1º se estende aos cargos comissionados, às funções comissionadas, ao pessoal inativo e aos pensionistas.

Parágrafo Segundo. A revisão anual a que se refere o caput do artigo 1º **não** se estende aos Agentes Políticos, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores.

Parágrafo Terceiro. Deduzir-se-á do índice de 5% (cinco por cento), o reajuste concedido aos servidores no mês de janeiro de 2.024, para fins de equiparação ao salário mínimo então estabelecido pelo Governo Federal.

Art. 2º- Os servidores municipais já beneficiados com o reajuste do Salário Mínimo Federal estão excluídos desta revisão, ressalvados aqueles que tiveram reajuste inferior a 5% (cinco por cento), que terão a revisão apenas quanto à diferença, limitando a revisão no teto de 5% (cinco por cento).

Art. 3º- Fica estabelecido em R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) o valor do auxílio alimentação dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca/ES, a partir de março de 2.024.

Art. 4º- Fica ressalvado que os Agentes Comunitários de Saúde – ACS, em razão da aplicação do piso salarial no âmbito municipal, não serão contemplados por esta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, em 06 de março de 2024.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.869/2024

ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 371/1998, ALTERADA PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº 916/2009 E 1.661/2021, EM RELAÇÃO AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 52 da Lei Municipal nº 371/1998, alterado pela Lei Municipal nº 916/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. Os cargos comissionados de Direção, a que se refere esta subseção, são instituídos da forma seguinte:

- I – Diretor Escolar A: para a escola com 01 (um) turno;**
- II – Diretor Escolar B: para a escola com 02 (dois) turnos.**

Parágrafo Único. O diretor da escola com 01 (um) turno terá jornada de trabalho de 40h e o diretor da escola com 02 (dois) turnos terá jornada de trabalho de 50h”.

Art. 2º - O Anexo I da Lei Municipal nº 371/1998, alterado pelas Leis Municipais nº 916/2009 e 1.661/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

O Diretor Escolar receberá seu vencimento salarial de acordo com o quadro de vencimentos do magistério, acrescido de 5% (cinco por cento) de gratificação sobre o salário-base, de acordo com a tabela abaixo:

Denominação do Cargo	Turnos	Carga Horária	Vencimento-Base	Gratificação	Quantidade
Diretor Escolar A	Escola com 01 (um) turno	40h	Quadro de Vencimento do Magistério	5% sobre o salário-base	08
Diretor Escolar B	Escola com 02 (dois) turnos	50h			

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca/ES, 04 de abril de 2024.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal